

ATA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO EXERCÍCIO 2025 DA CÂMARA MUNICIPAL DO CEDRO - PE. Aos 13 (treze) dias do mês de outubro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), às 18:00h (dezoito horas), reuniram-se no Plenário José Carlos Gondim Novais da Câmara Municipal de Vereadores de Cedro, Estado de Pernambuco, sob a Presidência do Vereador Tiago Matias de Souza e demais Vereadores(as): Almir Raimundo dos Santos, Anna Lívia Galvão Nunes Januário, Francisca Silvia Bezerra, Francisco Pereira dos Anjos, José Carlos Gondim Novais Filho, Luiz Ancelmo da Silva, Maiamy Quental Leite e Miguel Inocêncio Leite. Ao início, o Vereador Presidente saudou a todos(as) os(as) Vereadores(as) presentes, ao público presente e ao público que acompanha pelas Redes Sociais, e em seguida **DECLAROU ABERTOS** os trabalhos da Segunda Sessão Extraordinária do Segundo Período Legislativo de 2025. Em seguida, o Vereador Presidente comunicou que a Ata da 5ª Sessão Ordinária foi disponibilizada com antecedência aos Vereadores para que os trabalhos fossem otimizados e pudesse ser feita a **DISPENSA DE LEITURA** em sessão, e colocou-a em **VOTAÇÃO**, sendo **APROVADA POR UNANIMIDADE** pelos(as) Vereadores(as) presentes. Logo após, o Vereador Presidente convocou a Secretaria de Educação, Senhora Maria Lindiana Alexandre de Oliveira, para prestar esclarecimentos e responder perguntas referentes a sua pasta. Em seguida, o Vereador José Carlos Gondim Novais Filho pediu a palavra para perguntar qual a necessidade de o projeto que trata da contratação e da idade da frota de veículos que transporta os alunos do município solicitar começar com 30 (trinta) anos e finalizar com 20 (anos). Em resposta, a Secretaria de Educação informou que em relação ao transporte escolar, a solicitação da necessidade da rota de acordo com o estudante, é o setor de licitação e contratação da prefeitura quem organiza essa demanda, e que não possui propriedade para responder sobre esse projeto e sobre a questão da idade dos veículos. Em seguida, o Vereador Presidente Tiago Matias de Souza perguntou se ela assina as requisições ao setor de licitação. Em resposta, a Secretaria de Educação informou que assina as DFD's solicitando, mas que no início do ano precisaram fazer um contrato emergencial e depois fizeram ofício solicitando a contratação de empresa de georreferenciamento, onde de acordo com as rotas que são necessárias para o transporte escolar será aberto o processo de licitação para contratação de veículos particulares. Em seguida o Vereador José Carlos Gondim Novais Filho perguntou se o transporte hoje do município passou por licitação, ao que a Secretaria de Educação respondeu que ainda será licitado. Em seguida, a Vereadora Maiamy Quental Leite pediu a palavra para perguntar se a Secretaria de Educação achava coerente, uma vez que a gestão passada havia deixado ônibus climatizados, a Câmara aprovar um projeto para colocar veículos de até 30 (trinta) anos que sequer são climatizados para o uso dos alunos. Em resposta, a Secretaria de Educação informou que há rotas específicas de lugares distantes que buscam dois, três alunos, e que os veículos particulares serão utilizados nessas rotas. Ressaltou que em relação ao projeto, não tem conhecimento técnico para responder e disse que a lei determina que a idade dos veículos é uma situação onde cada localidade vê sua especificidade e determina sobre a questão da idade dos veículos. Destacou também que o Tribunal de Contas de Pernambuco orienta e recomenda que os ônibus e micro-ônibus tenham até no máximo 10 (dez) anos, mas para questão de veículos particulares não possui conhecimento a respeito da idade adequada para rotas de transportes particulares. Em seguida, a Vereadora Maiamy Quental Leite questionou se a Secretaria de Educação não acharia justo acatar a recomendação do Tribunal de Contas para que ônibus e micro-ônibus também tenham uso

de apenas de 10 (dez) anos, ao que a Secretaria de Educação respondeu achar coerente que esses transportes tenham segurança e a mínima condição de estar rodando, mas que a idade é irrelevante, pois há veículos novos que não são bem conservados e oferecem mais riscos do que veículos antigos que são bem conservados, e sugeriu que a Câmara convocasse a equipe jurídica da prefeitura para esclarecer e tirar dúvidas sobre o projeto. Em seguida, o Vereador Almir Raimundo dos Santos pediu a palavra para pontuar que está havendo uma mistura entre o que é do estado e o que é do município, perguntando à Secretaria de Educação se a frota escolar contratada é para a condução dos alunos do estado, ao que a Secretaria de Educação respondeu que há uma parceria com o estado, onde o município de Cedro é responsável também pelo transporte dos alunos da rede estadual. Em seguida, o Vereador José Carlos Gondim Novais Filho perguntou se o decreto emergencial foi baixado e está vigente ainda e se os motoristas que são usados hoje para o transporte escolar são capacitados, se tem habilitação e se tem os cursos que educação exige. Em resposta, a Secretaria de Educação informou que sim, que todos os motoristas dos transportes, seja de frota particular ou de frota própria, têm a carteira de habilitação e o curso exigido. Em seguida, o Vereador Presidente Tiago Matias de Souza perguntou qual o nome da empresa que contratou os veículos, ao que a Secretaria de Educação respondeu que há alguns que são Micro Empreendedor Individual (MEI) e uma outra empresa que possui uma frota de cerca de 04 (quatro) ou 05 (cinco) veículos, mas que não se recordava do nome da empresa. Em seguida, o Vereador Presidente Tiago Matias de Souza perguntou se a Secretaria de Educação é responsável por entrar em contato diretamente com a empresa ou é o Coordenador de Transporte, ao que a mesma respondeu que é o Coordenador de Transporte que entra em contato com a empresa. Em seguida, o Vereador José Carlos Gondim Novais Filho perguntou se o pagamento dos transporte é efetuado para a empresa SS Compacta e depois há uma subcontratação dos MEI e estes recebem através da empresa, ao que a Secretaria de Educação respondeu que o motorista que abriu a MEI recebe direto na conta dele e o motorista que não conseguiu abrir a MEI recebe através dessa empresa. Em seguida, o Vereador Presidente Tiago Matias de Souza perguntou se há contrato de um mês com 02 (dois) ou 03 (três) carros com uma empresa só ou se são todos individuais, ao que a Vereadora Maiamy Quental Leite interveio e sugeriu que fosse convocado o Coordenador do Transporte, o Senhor Venâncyo Wyllame Dum Nascimento (conhecido por Bia), que estava presente no auditório, para também auxiliar nas respostas, que foi convocado pelo Presidente da Câmara ao Plenário. Em seguida, o Vereador Presidente Tiago Matias de Souza perguntou se a empresa SS Compacta subcontratou Ney Carlos, ao que o Coordenador do Transporte respondeu que a empresa não contratou ninguém, apenas locou alguns veículos para esse transporte, já os MEI recebem individualmente. Em seguida o Vereador Almir Raimundo dos Santos perguntou se por receber individualmente, o MEI também pode receber por outro colega, como se ele tivesse contratando, terceirizando o outro colega, ao que o Coordenador do Transporte respondeu que sim. Em seguida o Vereador Presidente Tiago Matias de Souza perguntou se através um MEI pode ter 02 (dois) carros na linha transitado, ao que o Coordenador do Transporte respondeu que sim. Em seguida, o Coordenador do Transporte pontuou que a Escola Valdicleiwton disponibiliza horário integral e semi-integral, com 75 (setenta e cinco) alunos no horário semi-integral e o restante no horário integral, onde há alunos que entram de 07:30 da manhã e saem de 14:40 da tarde, alunos que entram de 07:30 da manhã e saem de 05:00 da tarde, alunos que entram de 1 da tarde e saem de 20:40 da noite, alunos do EJA que entram

de 18:30 da noite e saem de 21:40 da noite, e alunos que entram de 07:30 da manhã e saem de 05:00 da tarde. Diante do exposto, destacou que não há como alunos de horários diferentes esperarem o ônibus do município e que não há como as escolas responsabilizarem com esses alunos, e por tanto houve a necessidade de contratar esses veículos para levar esses alunos para casa com segurança e no horário. Disse ainda que segundo o TCE, o aluno tem um horário de chegar em casa, onde há um horário do percurso que ele pode ser tramitado da escola para casa. Quanto à idade dos veículos, o Coordenador do Transporte destacou que quem vai dizer se esse carro está apto a transportar o aluno não é a Secretaria, nem o Coordenador do Transporte, nem a Casa Legislativa, é o Detran, onde esses carros vão ter que ser vistoriados e o intuito de começar com essa idade de 30 anos é para que os motoristas se adequem e tenham condição e tempo para comprar um carro mais novo. Em seguida o Vereador Presidente Tiago Matias de Souza perguntou se na contratação feita agora houve a vistoria nos veículos, ao que o Coordenador do Transporte respondeu que o Tribunal de Contas fez uma vistoria. Em seguida, onde o Vereador Presidente Tiago Matias de Souza perguntou se isso estava documentado, ao que o Coordenador do Transporte respondeu que sim e que possui ofício do auditor do tribunal, e que foram vistoriados todos os veículos. Em seguida, o Vereador José Carlos Gondim Novais Filho perguntou se o motorista fica sem receber duas viagem, porque que vai pegar o aluno, volta, depois vai pegar o aluno novamente e volta, e das quatro viagens, acredita que só recebe no momento em que pega o aluno e no momento que deixa. Em resposta, o Coordenador do Transporte informou que auditoria realizada comunicou que quando o motorista roda seco ele não recebe, ao que o Vereador José Carlos Gondim Novais Filho sugeriu a possibilidade de formalizar o pagamento dessas viagens, e em resposta o Coordenador do Transporte informou que será decidido no contrato de licitação. Em seguida, a Vereadora Maiamy Quental Leite perguntou se todos os ônibus e veículos hoje utilizados como transporte escolar passaram pela vistoria do Detran, ao que o Coordenador de Transporte respondeu que os ônibus sim, então a Vereadora Maiamy Quental Leite perguntou se na contratação não foi feita essa vistoria, ao que o Coordenador do Transporte respondeu que em alguns veículos sim e outros não, e os que ainda não passaram pela vistoria é porque ainda não trocaram as placas. Em seguida, a Vereadora Maiamy Quental Leite reiterou a pergunta se todos ônibus estão regulamentados, mas os demais não estão, ao que o Coordenador do Transporte respondeu que estão sim, mas que não houve a necessidade de levá-los ao Detran até 06 (seis) meses, até sair a licitação, reforçando que após a licitação, todos esses carros terão que passar pela vistoria. Em seguida, a Vereadora Maiamy Quental Leite perguntou se na contratação não foi feita essa vistoria no Detran, ao que o Coordenador do Transporte respondeu que alguns sim, outros não, mas que é feita vistoria básica de IPVA, pneu, extintor. Então, a Vereadora Maiamy Quental Leite perguntou se a vistoria supracitada feita pelo Detran ou pelos funcionários da Secretaria de Educação, ao que a Secretaria de Educação pontou que é feita pelo Tribunal de Contas. Em seguida, o Vereador Presidente interveio pontuando que o Tribunal de Contas não vistoria carro, mas dá um parecer diante da vistoria que o Detran faz, ao que a Secretaria de Educação respondeu que na contratação o veículo estava ok, com toda a documentação ok, e após 06 (seis) meses, com a licitação, é que os transportes que forem ser contratados vão ter essa exigência da vistoria. Em seguida, o Vereador Presidente perguntou se essa licitação foi feita emergencial, dispensa ou pregão eletrônico, ao que a Secretaria de Educação respondeu que a licitação ainda não foi feita, está sendo utilizada a dispensa do

processo emergencial, que foi feito por um período de fevereiro até 90 (noventa) dias e foi renovado por mais 90 (noventa) dias porque não estava pronto ainda o projeto de georreferenciamento. Em seguida, a Vereadora Maiamy Quental Leite perguntou se a Secretaria de Educação tem conhecimento do processo licitatório N° 006/2025 dígito A e porque esse processo emergencial não teve sua devida publicação no portal da transparência do município e nem no portal da transparência dos municípios, que é o da AMUP até hoje, ao que a Secretaria de Educação respondeu que não tem conhecimento a respeito, mas que os Vereadores podem verificar com setor de licitação o motivo. Em seguida, a Vereadora Maiamy Quental Leite perguntou se a Secretaria de Educação, enquanto responsável e gestora da pasta da educação, estaria assinando papéis sem conhecimento, ao que a Secretaria de Educação perguntou se a Vereadora estava se referindo à questão de ir para o portal da transparência, onde a Vereadora perguntou se a partir do momento em que há um processo licitatório, essa demanda sai da Secretaria de Educação, ao que a Secretaria de Educação respondeu que a solicitação do serviço sim, mas todo o processo licitatório é feito no setor de licitação e a publicação é feita pelo portal da transparência, que a Secretaria de Educação não tem acesso, pois não é ela secretaria quem publica no portal da transparência. Em seguida, o Vereador Presidente perguntou se alguma assessoria jurídica ou de licitação apoia a Secretaria de Educação, ao que a Secretaria de Educação respondeu que a secretaria funciona como na gestão anterior, onde é feita a solicitação por Documento de Formalização de Demanda (DFD), e na prefeitura o setor de compra, o setor de licitação, o setor jurídico são quem respondem pelos demais trâmites. Em seguida, o Vereador Presidente reiterou que o Tribunal de Contas não faz vistoria em veículos, quem faz vistoria em veículos é o Detran, e perguntou, destacando serem mais de 180 (centro e oitenta) dias, mais de 06 (seis) meses agora em outubro, ou seja, 10 (dez) meses, se é prudente todo esse tempo se utilizar de um decreto para licitação e esses carros ainda estarem tramitando sem um pregão eletrônico, e por onde estão sendo pago esses veículos. Em resposta, a Secretaria de Educação respondeu que a maioria está sendo paga por recurso próprio. Em seguida, o Vereador Presidente perguntou se há alguma verba federal ou alguma coisa do estado que está sendo pago para esses carros, ao que a Secretaria de Educação respondeu que do Programa de Transporte Escolar (PENAT) está sendo pago só o combustível, e que as contratações particulares são com recurso próprio, não tendo nenhum pagamento com recurso federal. Em seguida, o Vereador José Carlos Gondim Novais Filho perguntou se as viagens são pagas por quilometro ou por viagem, ao que a Secretaria de Educação respondeu que é por quilômetro. Em seguida, a Gerente Financeira da Secretaria de Educação, a Senhora Maria das Graças Bezerra Cruz Sá (conhecida por Gracinha) pediu a palavra para pontuar, com relação à vida útil dos ônibus escolares, que eles são produzidos com material que faz com que eles tenham pouco tempo de vida útil, e é por isso que é determinado 10 (dez) anos, mas que não é a mesma liminar para os demais carros, para que seja uma forma do governo atender a demanda do transporte escolar. Pontuou também que de acordo com a manutenção desses ônibus, eles podem atender menos ou mais, de acordo com o trato com eles, e destacou ainda que o que levou o decreto emergencial a ser prorrogado foi o processo de georreferenciamento, que foi muito trabalhoso. Em seguida, o Vereador Presidente perguntou se a Secretaria só paga o combustível da frota particular, ao que a Secretaria de Educação respondeu que não, que é feito o contrato e toda despesa é por conta do proprietário. Em seguida, a Vereadora Maiamy Quental Leite perguntou à Secretaria de Educação e ao Coordenador de Transporte qual o tipo de veículo

é o nome completo do proprietário que faz o transporte dos alunos da comunidade do Sítio Baixio de Juá até à sede do município de Cedro e às escolas, ao que o Coordenador de Transporte respondeu que o motorista é o Senhor Roberto (Beto Batista) e a Van que faz esses transportes é locada pela empresa e pertence ao Senhor Tonildo. Em seguida o Vereador Presidente perguntou se o Senhor Tonildo trabalha na gestão, ao que o Coordenador de Transporte respondeu que sim. Em seguida, a Vereadora Anna Lívia Galvão Nunes Januário perguntou se a Secretaria de Educação ou o Coordenador de Transporte receberam algum relatório do Tribunal de Contas com relação às contratações, se havia ocorrência de contratação sem licitação anteriormente e se isso acontecia, se fizeram alguma coisa para corrigir, ao que o Coordenador de Transporte respondeu que a Secretaria de Educação recebe a demanda das escolas conforme matrículas dos alunos para poder contratar os motoristas, onde se tenda dar o melhor conforto e qualidade para o transporte do aluno. Em seguida, a Vereadora Maiamy Quental Leite perguntou à Secretaria de Educação e ao Coordenador de Transporte se eles têm conhecimento se no ato do pagamento para esses transporte dessas empresas que são locadas são exigidas todas as certidões necessárias, ao que o Coordenador do Transporte respondeu que sim, que todas estão aptas, desde o MEI à empresa que loca alguns veículos que fazem o transporte. Em seguida, o Vereador Presidente perguntou à Secretaria de Educação ou ao Coordenador de Transporte se houve algum MEI ou pessoa física que recebeu valores antes do processo de dispensa dessa licitação, ou mesmo antes da abertura desses MEI, ao que a Secretaria de Educação respondeu que não. Em seguida, a Vereadora Maiamy Quental Leite perguntou se todas essas empresas que estão fornecendo esse serviço foram abertas em 2025, ao que o Coordenador de Transporte respondeu que não tinha esse conhecimento, portanto não poderia responder. Em seguida, o Vereador Presidente perguntou à Secretaria de Educação sobre as providências sobre denúncia de ouvidoria recebida à respeito do Diretor da Escola José Urias, ao que a Secretaria de Educação respondeu que o processo (PAD) foi aberto, foi concluso, foram ouvidas as testemunhas, os funcionários efetivos, os funcionários contratados, representante de professor, representante do núcleo gestor, representante das demais funções e se apurou que ele foi inocente em relação a esse processo. Em seguida, o Vereador Presidente reiterou junto à Secretaria de Educação para que a mesma investigue mais a fundo essa situação, pois continuam chegando manifestações a esse respeito, ao que a Secretaria de Educação respondeu que tanto ela quanto a coordenação pedagógica e os técnicos andam muito na Escola José Urias, que nunca chegou denúncia até a Secretaria de Educação, que já solicitou relatório sobre o que está acontecendo realmente, e que precisa de objetos concretos para apurar. Em seguida, o Vereador Presidente registrou ter recebido mensagem de funcionário de dentro do banheiro, onde o mesmo informava que não podia entrar com o celular na reunião que trataria da denúncia, ao que a Secretaria de Educação respondeu que não houve essa imposição de não poder entrar com celular nessa reunião. Em seguida a Vereadora Maiamy Quental Leite solicitou à Secretaria de Educação e ao Coordenador de Transporte que falassem como pode uma empresa com o CNPJ 59.5**.***/**0-31 que foi aberta no dia 20/02/2025 e nessa mesma data houve um empenho de número 2002007 no valor de R\$ 18.874,20, utilizando-se do contrato número 007/2025 de pessoa física datada no dia 06/02/2025, assinado pela Secretaria de Educação, gestora do fundo municipal do município, sendo este contrato dado publicidade no Diário Oficial dos Municípios, a AMUP do estado de Pernambuco, apenas no dia 09/05/2025, no edital 338. Em resposta, a Secretaria de Educação sugeriu

que o Plenário convocasse os responsáveis pelo setor financeiro, setor de contabilidade, setor de licitação e setor jurídico para poderem responder sobre isso. Em seguida, a Vereadora Maiamy Quental Leite questionou que quando se contrata uma empresa, para aquela empresa receber, tem que haver pelo menos 30 (trinta) dias de serviço prestado, e que no caso supracitado não há esses 30 (trinta) dias de serviço, onde o Vereador Presidente aproveitou para perguntar quem é o setor de licitação da educação. Em resposta, a Secretaria de Educação respondeu que o setor de licitação é formado por uma empresa, onde o Senhor Renato é um dos responsáveis pela licitação e o Dr. Guilherme presta assessoria ao setor de licitação. Reforçou que, como professora, não tem essa informação de que uma empresa tem que ter 30 (trinta) dias para estar recebendo algum valor e por esse motivo é contratada uma assessoria jurídica de licitação, de compras, e é esse setor que faz tudo isso. Pontou que assinou o contrato da empresa que prestou serviço para transportar os estudantes de acordo com a necessidade, e que fala para o Dr. Guilherme, o Senhor Renato, o pessoal da licitação, da contabilidade, eles que possuem os conhecimentos técnicos para isso e é quem respondem legalmente por essas atitudes. Em seguida, o Vereador Presidente interveio pontuando que como responsável pela pasta da educação, a Secretaria responde por aquilo que ela assina, ao que a Secretaria de Educação respondeu que sabe disso, mas que precisa de orientação dos setores técnicos responsáveis. Em seguida, a Vereadora Maiamy Quental Leite perguntou se a Secretaria de Educação responde pelos contratos do transporte, ao que a Secretaria de Educação respondeu que não, que a empresa de contratação é quem faz diretamente essa parte. Em seguida, a Vereadora Maiamy Quental Leite perguntou com relação ao contrato que a mesma citou, se a Secretaria de Educação tinha conhecimento, ao que a mesma respondeu que assinou, mas que não tem a informação de que a empresa só pode receber qualquer contratação ou qualquer valor a partir de 30 (trinta) dias, pois é uma informação técnica. Em seguida, a Vereadora Maiamy Quental Leite perguntou se os empenhos liquidados da Secretaria de Educação são assinados pela secretaria e se ela tem conhecimento do pagamento, ao que a Secretaria de Educação respondeu que sim. Em seguida, o Vereador José Carlos Gondim Novais Filho perguntou, em relação ao decreto emergencial, como é que estão sendo feitos os pagamentos, uma vez que o decreto emergencial, somados os 90 (noventa) dias iniciais, mais a prorrogação de 90 (noventa) dias, totalizam 180 (cento e oitenta) dias e já se passaram dez meses de gestão, ao que o Coordenador de Transporte respondeu que foi feito um aditivo de prorrogação. Em seguida, o Vereador Presidente perguntou se esse aditivo ao decreto ou foi prorrogado o decreto, ao Coordenador de Transporte disse não ter essa informação para responder e que está publicado no portal esta atualização. Ao término das manifestações, o Vereador Presidente agradeceu à Secretaria Municipal de Educação e comunicou que formalizará via ofício o pedido de mais informações e esclarecimentos, com prazo de 08 (oito) dias para o envio das respostas. Em seguida, a Vereadora Maiamy Quental Leite perguntou se a Secretaria de Educação está tendo conhecimento que o pagamento está tá sendo feito não como pessoa jurídica e sim como pessoa física, ao que a secretaria respondeu que não há. Em seguida, o Vereador Almir Raimundo dos Santos pediu a palavra para pontuar que estão sendo feitas as mesmas perguntas e isso está apenas estendendo o tempo da sessão e não está chegando a uma conclusão, ao que o Vereador Presidente respondeu que todas as perguntas foram pertinentes. Logo após, o Vereador Presidente convocou o Secretário Municipal de Cultura, o Senhor João Vitor Eufrásio Bezerra, para prestar esclarecimentos e responder perguntas referentes a sua pasta. Em seguida,

o Vereador José Carlos Gondim Novais Filho pediu a palavra para perguntar ao Secretário de Cultura se ele teve acesso ao programa e ao projeto da Festa do Milho do município e como é que foi arquitetado a questão da festa, como é que foi feito a questão das empresas prestadoras de serviço, como foi que o município conseguiu agregar e fazer a Festa do Milho no ano de 2025 aqui na cidade e se ele participou ativamente desse projeto. Em resposta, o Secretário de Cultura respondeu que quando assumiu a pasta já haviam algumas decisões tomadas, que estava bem encaminhado e ele fez apenas algumas solicitações e, conforme a secretaria anterior havia falado, ele faz a solicitação, que vai para o setor de contratos e licitação da prefeitura e eles dão o trâmite a toda essa parte burocrática. Em seguida, o Vereador José Carlos Gondim Novais Filho perguntou se ele participou também das decisões dos nomes dos artistas e das bandas que fizeram a Festa do Milho no município, ao que o Secretário de Cultura respondeu que em algumas contratações foi feita a solicitação para o setor de contratos. Em seguida, o Vereador José Carlos Gondim Novais Filho ressaltou que ouviu-se falar muito na questão de uma empresa que prestou serviço na festa, na da parte de barracas e distribuição de bebidas e perguntou se o Secretário de Cultura tinha ciência, ao que o mesmo respondeu que sim, onde o Vereador José Carlos Gondim Novais Filho perguntou como é que foi feito esse processo da empresa prestar para prestar o serviço aqui. Em resposta, o Secretário de Cultura disse que essa empresa fez parte de toda a estrutura da festa, estrutura de palco, iluminação, som, onde lá era solicitado e ela trazia todos os equipamentos. Em seguida o Vereador José Carlos Gondim Novais Filho perguntou se essa empresa também participou na questão das bandas, ao que o Secretário de Cultura respondeu que não, e perguntado sobre o nome da empresa da estrutura, respondeu que salvo engano era a AG Produções. Em seguida, o Vereador José Carlos Gondim Novais Filho perguntou sobre a questão dos valores e da entrada com bebida e cooler ou não, se foi determinação do município ou da empresa, ao que o Secretário de Cultura respondeu que a questão de bebidas foi formado um TAC juntamente com o MP e com a Polícia Militar, no qual ficou vedada a entrada de bebidas, mas não tem nenhum vínculo com a empresa. Em seguida, o Vereador José Carlos Gondim Novais Filho perguntou se o Secretário de Cultura do TAC, ao que o secretário respondeu que sim, então o Vereador informou que a Casa não teve acesso na época e solicitou o envio de cópia do TAC. Em seguida, o Vereador José Carlos Gondim Novais Filho perguntou se o governo do estado de Pernambuco contribuiu de alguma forma para a Festa do Milho do município, ao que o secretário respondeu que, salvo engano, sim, o governo cedeu algumas bandas, salvo engano, Márcia, Rafaela e Felipão. Em seguida, o Vereador Presidente perguntou se essas bandas foram pagas, ao que o Secretário de Cultura respondeu não saber informar, que seria com o financeiro. Em seguida, o Vereador José Carlos Gondim Novais Filho perguntou se o Secretário de Cultura tinha ciência de que a banda Márcia Felipe foi provavelmente paga pelo estado e que ela está empenhada pelo município, Em resposta, o Secretário de Cultura respondeu que sim, que, salvo engano, houve um erro do setor de licitação, no qual inicialmente ela seria paga pelo município, no entanto, depois o estado deu uma notificação que mandaria essa banda, então o setor de licitação fez o distrato, que é quando tira o empenho que seria pago pelo município. Em seguida, o Vereador Presidente perguntou se o Secretário de Cultura tem essa notificação do governo, ao que o secretário respondeu que não tem, que acredita que foi formal, mas não está dentro do setor dele. Em seguida, o Vereador Presidente questionou que se o governo disponibilizou essa banda para o município, e a banda não sobe no palco sem pagamento, se foi empenhado pelo município e foi feito o

distrato, quem teria pagou. Em resposta, o Secretário de Cultura respondeu que, salvo engano, acha que o setor financeiro já fez o pagamento da maioria das demais bandas que foram pelo município e que essa banda que foi feito o distrato foi paga pelo governo do estado. Em seguida, a Vereadora Maiamy Quental Leite pediu para que o Secretário de Cultura relacionasse as atrações da Festa do Milho, ao que o secretário respondeu que não tinha essa informação com ele no momento, mas que poderia encaminhar. Em seguida, o Vereador Presidente perguntou se o Secretário de Cultura acompanhou todo o processo, se teve processo licitatório da contratação, de contrato, de ornamentação da festa, contratação de palco, das barracas, ao que o secretário respondeu que sim, e que foi feita a solicitação e enviada para o setor de compras e vendas de contratos dar prosseguimento. Em seguida o Vereador Presidente perguntou se a secretaria tem assessoria jurídica ou de licitação para isso, ao que o Secretário de Cultura respondeu que, salvo engano, sim, disse não ter certeza, mas que acredita que faz parte, que o setor da prefeitura faz parte da secretaria. Em seguida, o Vereador José Carlos Gondim Novais Filho perguntou se a empresa que fez a prestação dos serviços de palco, iluminação, banheiros, foi uma empresa só ou teve mais de uma, ao que o Secretário de Cultura respondeu que, salvo engano, foi só uma, a AG Produções. Em seguida, a Vereadora Maiamy Quental Leite perguntou com relação a pagamentos das empresas que prestaram serviço na Festa do Milho, quanto foi pago, se foi liquidado algum empenho, ao que o Secretário de Cultura respondeu que apenas faz a solicitação e o município e o setor de planejamento planejam como será pago, se será pago parceladamente. Em seguida, a Vereadora Maiamy Quental Leite questionou sobre o município ter prazos após uma contratação para ser liquidado o empenho e se o Secretário de Cultura, até hoje, nunca assinou nenhum empenho com relação à Festa do Milho, ao que o secretário respondeu que havia assinado os que já foram pagos, no que a Vereadora pediu para o secretário relacionar os que ele lembrasse que já teriam sido pagos, e em resposta, o secretário disse que uma parte da estrutura já foi paga e algumas bandas que foram contratadas pelo município também já foram pagas, como Eitor, Caninana e Fabin Testado. Em seguida, a Vereadora Maiamy Quental Leite perguntou com relação ao empenho da estrutura e demais locações, se o Secretário de Cultura tinha conhecimento de quanto já foi pago, ao que o secretário respondeu que, salvo engano, foi pago 130 (cento e trinta) e hoje foi pago uma parcela também, onde a Vereadora perguntou se o secretário poderia falar o valor total da estrutura da festa, e em resposta, o secretário disse que, salvo engano, foi ficou por volta de 270 (duzentos e setenta) os três dias. Em seguida, o Vereador José Carlos Gondim Novais Filho perguntou de que maneira os artistas locais que se apresentaram foram pagos, ao que o Secretário de Cultura respondeu que alguns artistas entraram em contato pedindo para fazer uma espécie de doação de show para apresentar o trabalho deles sem nenhum fim lucrativo e alguns foram pagos diretamente com o setor de contratação, e que ele já havia feito a solicitação e já foi pago diretamente pela prefeitura. Em seguida, a Vereadora Maiamy Quental Leite perguntou se todos os pagamentos das empresas foram feitos após a realização da festa, ao que o Secretário de Cultura respondeu que não tem essa informação. Em seguida, a Vereadora Maiamy Quental Leite questionou se já que o secretário falou que assinou alguns pagamentos, alguns empenhos de liquidação, ele não se atentou as datas de pagamento, se foi anterior ou após o evento. Em resposta, o Secretário de Cultura disse que faz a solicitação e tudo vai para a prefeitura, para o setor de contrato e licitação, eles são responsáveis e toda essa questão burocrática é com eles. Em seguida, a Vereadora Maiamy Quental Leite pontuou que quando o secretário vai assinar

um empenho de liquidação, lá tem a data que foi empenhado, a data de liquidação e em anexo tem um comprovante de pagamento, se foi pago anterior à festa com data anterior ao evento ou posterior, e perguntou se então o secretário não se atentou ao comprovante de pagamento e se estava assinando essas liquidações sem se atentar a essas datas. Em resposta, o Secretário de Cultura disse que não, que conforme havia falado, o que ele faz é a solicitação, o documento de formalização de demanda, que vai para lá e eles fazem a contratação. Em seguida, a Vereadora Maiamy Quental Leite reiterou a pergunta e o Vereador Presidente interveio para explicar que o que a Vereadora queria saber era se no ato de assinatura para liquidação, o secretário tem ciência do que está pagando, ao que o Secretário de Cultura respondeu que sim. Em seguida, o Vereador José Carlos Gondim Novais Filho perguntou no quesito da empresa que participou na questão da festa, na questão das bebidas, teve um processo licitatório de qual empresa que participou das bebidas, ao que o Secretário de Cultura respondeu que não teve nenhum vínculo com a prefeitura, com a gestão. Em seguida, o Vereador José Carlos Gondim Novais Filho perguntou sobre a questão dos pagamentos das barracas da Festa do Milho, foi pago de que forma, ao que o Secretário de Cultura respondeu que os barraqueiros procuravam a secretaria, solicitavam e faziam o pagamento logo em seguida no setor de tributos através do DAM, no que o Vereador perguntou se era emitido uma guia para pagamento, e o secretário respondeu que sim. Em seguida, o Vereador Presidente perguntou se teve algum critério de escolha ou ordem de chegada, ao que o Secretário de Cultura respondeu que era por ordem de chegada. O Vereador Presidente também perguntou se esse dinheiro foi para o fundo do município, e em resposta, o Secretário de Cultura informou que era pago no setor de tributos, mas não sabia se ficava no setor de tributos ou se ia para a gestão. Em seguida, o Vereador Presidente perguntou se o secretário tem ciência que por parte da empresa que forneceu as bebidas para a Festa do Milho, não se poderia entrar nenhuma outra bebida na festa, ao que Secretário de Cultura respondeu que não tinha essa informação. O Vereador Presidente também perguntou se o secretário sabia que as bebidas eram tabeladas por via empresa, que não poderia alterar o valor, que a empresa estabeleceu um valor limite de bebida nessa festa, ao que Secretário de Cultura respondeu que não tinha acesso a essa informação. Em seguida, o Vereador Presidente perguntou se o secretário conhece o caminhão que estava fornecendo as bebidas lá na festa, ao que o Secretário de Cultura respondeu que, salvo engano, era AMBEV, no que o Vereador perguntou se teve uma empresa que forneceu a bebida para a festa, e em resposta, o secretário respondeu que, salvo engano, era a AMBEV, mas que também não tinha conhecimento. Em seguida, a Vereadora Maiamy Quental Leite perguntou se houve formação de comissão para a Festa do Milho, ao que o Secretário de Cultura respondeu que, salvo engano, não, que desconhece. Em seguida, o Vereador Presidente perguntou se todas as participações de despesa, de organização passou pelo secretário ou se tinha mais alguém auxiliando ou delegou essa responsabilidade para alguém, ao que o Secretário de Cultura respondeu que algumas referente à festa ele fazia a solicitação da grande maioria, outras eram divididas entre os membros da secretaria, citando como exemplo a questão de das barracas, que ficou com coordenador de esporte, ele era responsável. Em seguida, a Vereadora Anna Lívia Galvão Nunes Januário perguntou se as barracas tinham um valor fixo ou variava, ao que o Secretário de Cultura respondeu que variavam, as barracas maiores eram conforme na gestão anterior, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), já as barracas menores tinham um valor menor que o secretário informou não se recordar no momento, mas que foi tudo pago no setor de tributos.

Ao término das manifestações, o Vereador Presidente agradeceu ao Secretário Municipal de Cultura e comunicou que formalizará via ofício o pedido de mais informações e esclarecimentos, com prazo de 08 (oito) dias para o envio das respostas. Ao final, o Vereador Presidente Tiago Matias de Souza comunicou pausa de 15 (quinze) minutos para abertura de Sessão Extraordinária, agradeceu a todos(as) que se fizeram presentes e aos(as) que participaram pelas Redes Sociais e por não haver mais nada a tratar em pauta, deu por **ENCERRADA** a Terceira Sessão Extraordinária do Segundo Período Legislativo de 2025. Foi determinada a lavratura da presente Ata por

Renato Condado Rodrigues, a qual será assinada pelos nobres edis que participaram da Sessão. Plenário José Carlos Gondim Novais, 13 de outubro de 2025.

Tiago Matias de Souza
TIAGO MATIAS DE SOUZA

Vereador Presidente

Francisca Silvia Bezerra

FRANCISCA SILVIA BEZERRA

Vereador Vice-Presidente

Luiz Anselmo da Silva

LUIZ ANSELMO DA SILVA

Vereador Primeiro-Secretário

Almir Raimundo dos Santos

ALMIR RAIMUNDO DOS SANTOS

Vereador

Anna Lívia Galvão N. Januário

ANNA LÍVIA GALVÃO N. JANUÁRIO

Vereadora

Francisco Pereira dos Anjos

FRANCISCO PEREIRA DOS ANJOS

Vereador

José Carlos Gondim N. Filho

JOSÉ CARLOS GONDIM N. FILHO

Vereador

Maiamy Quental Leite

MAIAMY QUENTAL LEITE

Vereadora

Miguel Inocêncio Leite

MIGUEL INOCÊNCIO LEITE

Vereador